

Segurança Alimentar

Os eurodeputados querem que a **Agência Europeia da Segurança Alimentar** publique estudos de segurança antes que um produto seja autorizado a entrar no mercado. As regras revistas visam tornar a avaliação dos riscos mais transparente e garantir que os estudos utilizados pela EFSA para autorizar a colocação de um produto no mercado são fiáveis, objetivos e independentes.

ver pág.5

Vistos humanitários

PE pede que seja criado um **visto humanitário** europeu que permita que o seu titular viaje de forma legal e segura para o Estado-Membro que o emitiu para aí requerer o estatuto de refugiado.

ver pág.4

Terrorismo em Estrasburgo

Na mesma semana em que ocorreu um atentado terroristas em Estrasburgo, o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma série de recomendações para **melhorar a luta antiterrorista**, incluindo medidas contra a radicalização e de **apoio às vítimas**.

ver pág.10

em destaque:

Prémio Sakharov para Oleg Sentsov

O **Prémio Sakharov 2018** para a Liberdade de Pensamento foi atribuído ao cineasta e escritor ucraniano **Oleg Sentsov**.

Não esteve presente no Parlamento Europeu (PE) para receber pessoalmente o prémio porque **permanece preso** na Sibéria, cumprindo uma **pena de 20 anos** por “*planear atos de terrorismo*” contra a permanência “de facto” russa na Crimeia.

A sua prima, Natalya Kaplan, e o seu advogado, Dmitriy Dinze, representaram-no na cerimónia realizada no hemiciclo do PE, em Estrasburgo.

O Presidente do PE apelou à libertação imediata e incondicional de Oleg Sentsov e de todos os outros cidadãos ucranianos detidos ilegalmente na Rússia e na Península da Crimeia, bem como a de outros galardoados que se encontram detidos: “*O Prémio Sakharov não é apenas um prémio. É um compromisso. Continuamos a acompanhar de perto os nossos laureados*”.

Antonio Tajani deu também as boas-vindas aos dois outros finalistas do Prémio Sakharov 2018: os pais do **ativista marroquino Nasser Zefzafi**, que está igualmente detido, e aos representantes das **onze Organizações Não-Governamentais que salvam vidas no mar Mediterrâneo**.

ver pág.12

Índice

Abertura: Jornalistas são guardiões dos Direitos Humanos.....	3
Parlamento Europeu aprova regras para proteger trabalhadores contra substâncias cancerígenas.....	3
PE pede vistos humanitários para travar perda de vidas humanas.....	4
Segurança alimentar: mais transparência, melhor prevenção de riscos.....	5
Parlamento Europeu aprova acordo comercial entre a UE e o Japão.....	6
Terrorismo: Parlamento Europeu propõe medidas contra a radicalização.....	10
Liberdade e democracia prevalecerão sempre sobre violência, crime e terror.	12
Prémio Sakharov: galardoado cineasta ucraniano Oleg Sentsov.....	12
Parlamento Europeu quer imposto sobre serviços digitais mais ambicioso....	13
Ordem da sessão.....	16

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Jornalistas são os primeiros guardiões dos Direitos Humanos

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, assinalou o 70º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“O Parlamento Europeu esteve sempre na linha da frente na defesa dos direitos humanos”, afirmou Tajani, lembrando que a assembleia europeia criou, há 30 anos, o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, que distingue pessoas ou organizações que se destacam na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Na quarta-feira, o galardão será entregue aos representantes do cineasta ucraniano Oleg Sentsov, que se encontra detido na Rússia.

Cinco laureados do Prémio Sakharov receberam depois o Prémio Nobel da Paz, como Denis Mukwege e Nadia Murad, em Oslo. O presidente do PE enviou felicitações em nome da assembleia europeia.

Na abertura da sessão plenária, Antonio Tajani expressou ainda o seu pesar pela morte de Lyudmila Alexeyeva, uma das laureadas com o Prémio Sakharov em 2009.

O presidente do PE mencionou ainda o papel dos jornalistas, “os primeiros guardiões dos direitos humanos”, lembrando os jornalistas assassinados Daphne Caruana Galizia, Ján Kuciak, Jamal Khashoggi e todos aqueles que se encontram detidos injustamente em todo o mundo.

Parlamento Europeu aprova regras para proteger trabalhadores contra substâncias cancerígenas

Os eurodeputados aprovaram uma diretiva que impõe limites à exposição a certas substâncias químicas no local de trabalho, incluindo aos gases de escape de motores a diesel.

A nova legislação, já acordada entre o Parlamento Europeu (PE) e os governos nacionais, atualiza a Diretiva Agentes Cancerígenos e Mutagénicos, fixando valores-limite de exposição profissional para mais oito substâncias químicas cancerígenas.

Os trabalhadores das indústrias química, metalúrgica e automóvel, os motoristas profissionais, os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores portuários e de armazém deverão ser os mais beneficiados.

As oito substâncias incluídas na diretiva são as emissões de gases de escape dos motores diesel, os óleos minerais que tenham sido previamente utilizados em motores de combustão interna para lubrificar e arrefecer as peças móveis dentro do motor, certas misturas de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, o tricloroetileno, a 4,4'-metilenodianilina, a epiclóridrina, o dibrometo de etileno e o dicloreto de etileno, sendo estas últimas facilmente absorvidas através da pele.

Estima-se que estas medidas ajudem a proteger cerca de 15,6 milhões de trabalhadores na Europa, 3,6 milhões dos quais se encontram potencialmente expostos às emissões de gases de escape de motores a diesel.

O cancro é a primeira causa de mortalidade ligada ao trabalho na União Europeia (UE). De acordo com dados da Comissão, entre sete e doze pessoas morrem todas as horas no espaço europeu na sequência de um cancro de origem profissional. As novas regras deverão prevenir mais de 100.000 mortes por cancro relacionado com o trabalho nos próximos 50 anos, segundo a mesma fonte.

A criação de locais de trabalho mais saudáveis e seguros está entre as prioridades do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Próximos passos

A diretiva, aprovada em plenário por 585 votos a favor, 46 contra e 35 abstenções, tem ainda de ser aprovada pelo Conselho de Ministros da UE. Os Estados-Membros terão dois anos para transpor as novas regras para a legislação nacional.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O cancro é a primeira causa de mortalidade ligada ao trabalho na União Europeia. Segundo o Instituto Nacional de Saúde Pública e do Ambiente dos Países Baixos, foram diagnosticados entre 91.500 e 150.500 novos casos de cancro em 2012 na Europa, causados por exposição a substâncias cancerígenas no trabalho. Tendo em conta esta realidade, em janeiro de 2017, a Comissão Europeia apresentou uma proposta para alterar a Directiva 2004/37/CE relativa à protecção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho. Pretende-se melhorar e clarificar o quadro jurídico actual, reforçando a protecção da saúde dos trabalhadores mediante a redução da sua exposição a agentes químicos cancerígenos no local de trabalho, contribuindo ao mesmo tempo para a existência de condições mais equitativas para os operadores económicos. Esta revisão da Directiva permitirá melhorar a protecção dos trabalhadores, clarificando simultaneamente as regras para os empregadores e as autoridades de controlo. As entidades nacionais de controlo não deverão limitar-se a aplicar sanções às empresas que não respeitem as disposições da Directiva, mas também a identificar as causas e a formular possíveis soluções para as empresas. Pelo exposto apoio o presente relatório”.*

PE apela à criação de vistos humanitários para travar perda de vidas humanas

A UE deve estabelecer um visto humanitário europeu que permita que o seu titular viaje de forma legal e segura para o Estado-Membro que o emitiu para aí requerer o estatuto de refugiado.

O Parlamento Europeu (PE) solicitou à Comissão que apresente, até 31 de março de 2019, uma proposta legislativa para a criação destes vistos, que seriam requeridos nos consulados ou embaixadas dos Estados-Membros, de modo a evitar que muitas pessoas arrisquem as suas vidas na procura de proteção internacional.

O visto humanitário seria um meio legal e seguro para a chegada a um país europeu, no qual o titular do visto apresentaria o seu pedido de proteção internacional. Este visto apenas permitiria a entrada do requerente de asilo no território do Estado-Membro que o emitiu. O procedimento de asilo ocorreria nesse país.

Antes da emissão do visto, cada requerente seria submetido a uma *“investigação de segurança”*, recorrendo-se às bases de dados nacionais e europeias pertinentes, para assegurar que não representa qualquer risco.

Estima-se que 90% das pessoas a quem mais tarde foi atribuído o estatuto de refugiado tenha chegado à UE de forma irregular.

O relatório de iniciativa legislativa, aprovado pela assembleia europeia por 429 votos a favor, 194 contra e 41 abstenções, destaca *“a necessidade imperiosa de dispor de um quadro jurídico da União como meio de pôr termo ao número intolerável de mortes no Mediterrâneo e nas rotas migratórias para a União, de combater verdadeiramente a introdução clandestina de migrantes, a exposição ao tráfico de seres humanos, a exploração laboral e a violência, de gerir de forma ordenada a chegada, bem como o acolhimento digno e o tratamento leal dos pedidos de asilo”*.

Esta medida seria também um meio de *“otimizar o orçamento dos Estados-Membros e da União em matéria de asilo, procedimentos, controlo das fronteiras e atividades de busca e salvamento, bem como de estabelecer práticas coerentes no quadro do acervo da União”*, acrescenta o documento.

Pelo menos 30.000 pessoas perderam a vida tentando chegar à UE desde o início de 2000.

Relatório de iniciativa legislativa

O Parlamento Europeu pode solicitar ao executivo comunitário que submeta à sua apreciação *“todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigure requererem a elaboração de atos da União para efeitos de aplicação dos Tratados”*, de acordo com o Artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE.

Caso não apresente uma proposta, a Comissão terá de informar o Parlamento dos motivos para tal.

Vários Estados-Membros dispõem, ou já dispuseram, de sistemas nacionais de emissão de vistos humanitários ou de títulos de residência, a fim de garantir procedimentos nacionais de entrada protegida para as pessoas necessitadas.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Em novembro passado, aquando do primeiro voto sobre este relatório, notei que desde a chamada crise de refugiados que alerta para os três níveis de problemas, um dos quais, a tragédia humanitária no Mediterrâneo. É inequívoco que devemos fazer tudo para acabar com as mortes no Mediterrâneo de pessoas que estão já a fugir da guerra e da morte. Um dos meios para o fazer passa pela criação das vias legais de acesso. Os vistos humanitários são um instrumento nesse sentido. Por outro lado, também queremos reduzir o número de entradas ilegais para melhor proteger quem realmente precisa. Mas sendo uma ideia louvável, restam ainda muitos elementos por definir, como por exemplo os meios necessários para colocar em prática uma tal medida. Sejamos claros também quanto ao alcance efetivo deste relatório: o Tribunal de Justiça já declarou que a União não pode impor aos Estados-Membros um esquema uniforme de vistos humanitários. Como é evidente, reitero o meu voto favorável”*.

Segurança alimentar: mais transparência, melhor prevenção de riscos

Os eurodeputados querem que a Agência Europeia da Segurança Alimentar publique estudos de segurança antes que um produto seja autorizado a entrar no mercado.

Uma proposta para permitir que a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) trabalhe de forma mais eficiente e transparente foi aprovada pelo Parlamento por 427 votos a favor, 172 contra e 67 abstenções.

As regras revistas visam tornar a avaliação dos riscos mais transparente e garantir que os estudos utilizados pela EFSA para autorizar a colocação de um produto no mercado são fiáveis, objetivos e independentes.

Foi introduzido um novo procedimento de pré-apresentação, para permitir que o processo de candidatura seja acelerado, uma vez que a EFSA pode aconselhar o requerente sobre a forma de fornecer todas as informações necessárias.

Estudos adicionais aos submetidos pelas empresas

Deve ser criado um registo europeu comum de estudos encomendados para dissuadir as empresas que aguardam autorização a ocultarem estudos desfavoráveis. Se houver dúvidas sobre as evidências fornecidas por uma empresa, a agência também deve consultar terceiros para identificar se existem outros dados ou estudos científicos relevantes.

O Parlamento também concordou com um conjunto de critérios para decidir que tipo de informação pode ser mantida confidencial, por ex. a marca sob a qual um produto será comercializado ou descrições detalhadas das preparações.

Após a votação, a relatora Renate Sommer (PPE, DE) declarou que não pode apoiar o resultado da votação e deseja que o seu nome seja retirado deste dossier.

Contexto

A proposta dá seguimento à Iniciativa de Cidadania Europeia relativa ao glifosato, especialmente às preocupações manifestadas na iniciativa relativa à transparência dos estudos científicos utilizados para avaliar os pesticidas. Também segue uma verificação de aptidão da Lei Alimentar Geral, lançada em 2014 e concluída em janeiro de 2018 pela Comissão.

Próximos passos

O Parlamento entrará agora em negociações com os ministros da UE para um acordo em primeira leitura.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Em 11 de abril de 2018, a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento e ao Conselho uma proposta de reformulação do Regulamento (CE) nº 178/2002. Esta proposta segue a iniciativa de cidadania “proibição do glifosato e proteção das pessoas e do ambiente contra pesticidas tóxicos”, e especificamente, as preocupações expressas em relação aos estudos a serem utilizados na avaliação dos pesticidas. O objectivo é reforçar a transparência no processo de avaliação dos riscos e proporcionar garantias adicionais em termos de fiabilidade, objectividade e independência dos estudos utilizados pela Autoridade Europeia para a segurança dos Alimentos (EFSA) nas avaliações de risco. As regras de transparência são colocadas em sintonia com as das outras agências, de modo a que as informações não confidenciais dos pedidos de autorização, estudos e consultas sejam acessíveis apenas aquando da publicação do parecer científico da EFSA e não logo no momento da apresentação do pedido. A obrigatoriedade de transparência também deve ser aplicada à gestão dos riscos e à comunicação dos riscos. A Comissão Europeia e os Estados-Membros devem publicar obrigatoriamente as actas das reuniões dos grupos de trabalho e os resultados das votações nas comissões permanentes”.*

Parlamento Europeu aprova acordo comercial entre a UE e o Japão

O Parlamento Europeu (PE) aprovou o Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia (UE) e o Japão, o mais importante acordo comercial bilateral jamais celebrado pelo bloco europeu.

“O acordo é uma grande oportunidade para a economia europeia, incluindo a portuguesa, e é uma mensagem forte contra o proteccionismo e a favor de um comércio aberto, mais justo e

regulado”, disse Pedro Silva Pereira, relator da comissão parlamentar do Comércio Internacional.

O Acordo de Parceria Económica (APE) UE-Japão, aprovado em plenário por 474 votos a favor, 152 contra e 40 abstenções, elimina praticamente todos os direitos aduaneiros pagos pelas empresas europeias que exportam para o Japão, cujos custos se elevam hoje a mais de mil milhões de euros por ano, e outras barreiras não tarifárias.

O acordo prevê novas oportunidades para a exportação de produtos agroalimentares da UE, como o vinho, a carne de bovino, a carne de suíno e o queijo, e protege 205 indicações geográficas europeias, entre as quais os vinhos do Porto, Douro, Alentejo, Bairrada, Dão, Lisboa, Madeira, Tejo e Vinho Verde, o Queijo de S. Jorge e a Pera Rocha.

Entre as novidades destacam-se ainda o compromisso assumido para com o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas e capítulos específicos sobre o desenvolvimento sustentável e as PME.

“O APE também respeita plenamente o direito de regular e protege os serviços públicos. Este Acordo tem potencial para contribuir para gerar crescimento sustentável e empregos dignos, promovendo ao mesmo tempo os valores da União e mantendo padrões elevados em domínios como a segurança alimentar, a proteção do ambiente e os direitos laborais”, afirma Pedro Silva Pereira.

O acordo comercial entre a UE e o Japão abrange cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) mundial, quase 40% do comércio mundial e mais de 600 milhões de pessoas.

Principais elementos do acordo

Comércio de mercadorias: O acordo comercial eliminará os direitos aduaneiros sobre mais de 90% das exportações da UE para o Japão a partir da sua entrada em vigor. Assim que o acordo for integralmente aplicado, o Japão terá suprimido os direitos aduaneiros sobre 97% das mercadorias importadas da UE, sendo as restantes rubricas pautais sujeitas a uma liberalização parcial através de contingentes pautais ou reduções pautais.

No que diz respeito aos automóveis de passageiros, os direitos aduaneiros aplicados pela UE serão gradualmente suprimidos ao longo de sete anos.

Agricultura e indicações geográficas: As reduções pautais serão mais significativas no setor agrícola da UE. O vinho, as bebidas espirituosas e outras bebidas alcoólicas deverão entrar no mercado com isenção de direitos aduaneiros a partir do primeiro dia (contra os atuais 15%). A UE terá um acesso com isenção de direitos à carne de suíno transformada e beneficiará de um comércio quase isento de direitos de carne fresca de suíno. No que diz respeito à carne de bovino, as tarifas serão progressivamente reduzidas de 38,5% para 9% ao longo de 15 anos. Os elevados direitos aplicáveis aos queijos de pasta dura (atualmente de 29,8%) serão eliminados e será estabelecido um contingente pautal isento de direitos aplicável ao queijo fresco.

O APE prevê igualmente a proteção de 205 indicações geográficas europeias, entre as quais os vinhos do Porto, Douro, Alentejo, Bairrada, Dão, Lisboa, Madeira, Tejo e Vinho Verde, o Queijo de S. Jorge e a Pera Rocha.

Setores industriais: haverá igualmente uma liberalização importante nos setores industriais em que a UE é competitiva, como químicos, plásticos, têxteis e vestuário. Também aqui de destacar, como de especial interesse para Portugal, o fim do sistema de quotas para importação de couros e calçado e a redução do direito sobre calçado de 30% para 21%, à data da entrada em vigor do acordo, com os direitos remanescentes a ser eliminados em 10 anos.

Medidas não pautais: A eliminação de barreiras regulamentares irá aplicar-se em diversos setores, incluindo no setor automóvel, dispositivos médicos, aditivos alimentares, rotulagem

dos alimentos e etiquetagem dos têxteis.

Contratos públicos: O acordo garante o acesso das empresas europeias aos mercados de contratos públicos em 48 grandes cidades japonesas e suprime obstáculos aos contratos públicos no setor ferroviário, sendo este um setor muito importante do ponto de vista económico a nível nacional.

Comércio de serviços: Os compromissos em matéria de acesso ao mercado dos serviços, incluindo o comércio eletrónico, os transportes marítimos, os serviços postais e as telecomunicações, facilitará a prestação de serviços no mercado japonês por parte das empresas da UE. O acordo prevê também a circulação temporária de profissionais, comprometendo-se a UE e o Japão a permitir transferências dentro das empresas em cerca de 40 setores e para profissionais independentes em cerca de 20 setores.

O acordo mantém o direito de as autoridades dos Estados-Membros da UE definirem, fornecerem e regularem os serviços públicos a nível nacional, regional ou local e não impede os governos de trazerem serviços privatizados de volta para o setor público. O APE preserva ainda o direito soberano de regular os setores financeiro e bancário por razões prudenciais e de supervisão.

PME: Esta é a primeira vez que um capítulo específico sobre as PME é incluído num acordo comercial da UE. O capítulo prevê um sítio Web acessível ao público e pontos de contacto para as PME, os quais fornecerão informações relevantes para as pequenas empresas. 78% das empresas europeias que exportam para o Japão são PME.

Desenvolvimento sustentável: O acordo reafirma o empenhamento da UE e do Japão num amplo leque de acordos multilaterais no domínio do trabalho e do ambiente, bem como na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. As partes comprometem-se também a aplicar com eficácia o Acordo de Paris relativo à luta contra as alterações climáticas e outros acordos ambientais multilaterais, incluindo os acordos de conservação e gestão sustentável dos recursos naturais (pesca, biodiversidade e silvicultura).

Este capítulo reconhece igualmente o direito de regulamentar e inclui uma cláusula de revisão específica que pode e deve ser utilizada para reforçar o carácter executório e a eficácia das disposições em matéria laboral e ambiental.

Acordo de parceria estratégica com o Japão em 40 outros domínios

Os eurodeputados aprovaram também, por 535 votos a favor, 84 contra e 45 abstenções, um Acordo de Parceria Estratégica entre a UE e o Japão que reforça as relações bilaterais e aumenta a cooperação em mais de 40 domínios, como a segurança, questões económicas, a energia, as ciberameaças, a educação, a investigação, a inovação, a gestão de crises e de catástrofes, as alterações climáticas e a luta contra o terrorismo. Este acordo terá ainda de ser ratificado pelos parlamentos dos Estados-Membros.

Proteção dos investimentos negociada em separado

As negociações para um acordo distinto em matéria de proteção do investimento com o Japão estão ainda em curso. O PE continuará a acompanhar de perto estas negociações, tendo já tornado claro que o antigo mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado é inaceitável.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Pedro Silva Pereira (S&D) *“Madam President, let me begin by thanking Commissioner Malmström and the EU’s chief negotiator, Mauro Petriccione, for their intensive work on this agreement with Japan and for our good cooperation. Let me also thank the shadow rapporteurs. I believe that by working together and building compromises we have reached a*

very good outcome, so that we can have a meaningful vote tomorrow - not only on the agreement itself but also on a resolution in which Parliament sends out important messages about trade, and calls on the parties to make the most of the progressive potential of this agreement.

As standing rapporteur, let me begin by saying that we are discussing here much more than a trade agreement. Yes, this is a historic moment. In front of us, we have the most important bilateral trade agreement ever concluded by the EU. Two of the largest economies in the world, together representing nearly a third of the world's GDP, will move closer to each other, eliminating a number of heavy tariffs as well as non-tariff barriers to trade. As a result, European products and services will get major new opportunities in the Japanese market. Acknowledging the successful outcome of the negotiations, all EU economic sectors are now speaking in favour of this agreement, including the agri-food sector, which will benefit from new export opportunities while protecting 205 geographical indications.

No matter how relevant it may be from the economic point of view, however, this agreement is, above all, of major strategic importance. It gives us the chance to shape the global agenda at a time of rising protectionism, thus sending a clear and timely signal in favour of an open, fair and rules-based trading system. We should not miss this opportunity to promote our own values and standards in the Asia-Pacific region and in global trade.

I would not be standing here as rapporteur supporting this EU-Japan Agreement if it were not a progressive trade agreement: an agreement clearly belonging to a new generation of trade agreements, in which sustainable development matters and environment, labour rights and consumer protection matter.

Of course, there is no such thing as a perfect agreement, but this agreement recognises the UN Sustainable Development Goals. It is the first trade agreement with a reference to the Paris Agreement on climate change and it fully respects public services and the right to regulate. Moreover, it includes not only a commitment to pursue the ratification of the core International Labour Organisation (ILO) conventions but also a review clause for improving the enforceability of labour and environmental rules.

Japan, it is fair to say, has made substantial efforts, even before the entry into force of the agreement, and it is already discussing at inter-ministerial level the implementation of its sustainable development commitments. This should be warmly welcomed as a very good sign.

Parliament has closely followed these negotiations from the beginning. We were supportive but also demanding. Last Friday, the Japanese Parliament approved the agreement. Tomorrow this Parliament will have the final say. My position as rapporteur is that this trade agreement is economically balanced and of major strategic importance. Furthermore, it clearly represents a step forward on sustainable development. Therefore, I recommend that you support this important EU-Japan Economic Partnership Agreement and vote in favour of our resolution”.

Carlos Coelho (PPE) “O acordo de Parceria Económica (APE) UE-Japão é o mais importante acordo de comércio bilateral jamais celebrado pela UE, cobrindo quase um terço do produto interno bruto (PIB) mundial, quase 40% do comércio mundial e abrangendo mais de 600 milhões de pessoas.

Este acordo representa um sinal de apoio ao comércio baseado em regras, livre e equitativo, contribuindo, simultaneamente, para a promoção dos valores da União e de normas elevadas. Este acordo reveste-se de grande importância estratégica e constitui um resultado equilibrado e abrangente, de valor económico significativo para a UE, os seus cidadãos e as empresas. O acordo removerá barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio entre a UE e o Japão, criando novas oportunidades de mercado, em especial para sectores que geralmente não são os principais beneficiários dos acordos comerciais (como a agricultura). Este acordo tem potencial para gerar crescimento sustentável e empregos dignos, promovendo, ao mesmo tempo, os valores da União e mantendo padrões elevados em domínios como a segurança alimentar, a proteção do ambiente e os direitos laborais. O APE respeita igualmente o direito de regular e protege os serviços públicos.

O elevado nível de liberalização pautal acordado no APE permitirá a liberalização de 99% das posições pautais da UE e 97% das posições pautais japonesas, incluindo em relação a produtos industriais em sectores nos quais a UE é muito competitiva.

Tendo em consideração que 78% das empresas da UE que exportam para o Japão são

empresas de menor dimensão, congratulo-me com o facto de o APE incluir um capítulo específico sobre PME, a fim de lhes permitir obter o máximo de benefícios do acordo, através de cláusulas que garantem a transparência no que respeita ao acesso ao mercado e à partilha de informações pertinentes.

A UE e o Japão têm sido parceiros estratégicos desde 2003 e continuam a cooperar estreitamente em numerosas instâncias multilaterais.

A conclusão do projeto de Acordo de Parceria Estratégica proporciona um quadro juridicamente vinculativo, reforça as relações bilaterais UE-Japão e aumenta a cooperação em mais de 40 domínios, como as questões de política externa e segurança, em particular a promoção da paz e da estabilidade, as operações de ajuda de emergência, o desenvolvimento global e a ajuda humanitária, a segurança alimentar, bem como nos desafios globais que exigem coordenação a nível mundial, como as alterações climáticas, a migração, a cibersegurança, a criminalidade transfronteiriça, as operações de consolidação da paz, a gestão de crises e de catástrofes e a luta contra o terrorismo.

Nesse sentido, a UE e o Japão deverão trabalhar em conjunto para aumentar as capacidades da ASEAN no que diz respeito à agenda da integração e da cooperação regionais, bem como à capacidade de resolução coletiva dos conflitos na região e ao reforço da atual centralidade da ASEAN no ordenamento multilateral da Ásia do Sudoeste”.

Terrorismo: Parlamento Europeu propõe medidas contra a radicalização

O Parlamento Europeu (PE) aprovou uma série de recomendações para melhorar a luta antiterrorista, incluindo medidas contra a radicalização e de apoio às vítimas.

Os eurodeputados aprovaram, um dia após o atentado em Estrasburgo, o relatório final da comissão especial do PE sobre o terrorismo, criada em 2017 para analisar as deficiências no domínio da luta antiterrorista e propor medidas a tomar pela União Europeia (UE).

O PE insta os Estados-Membros a cooperarem e a partilharem informações entre si, e com as autoridades europeias competentes, para prevenir eficazmente e reagir a ameaças terroristas. O relatório recomenda também que a Europol se torne um verdadeiro “hub” (ponto central) de intercâmbio de informações no domínio da ação policial e cooperação no domínio da luta contra o terrorismo na UE.

Entre as recomendações hoje feitas pelo Parlamento Europeu encontram-se:

- a criação de uma lista negra de pregadores extremistas;
- medidas contra a radicalização, incluindo programas específicos nas prisões, campanhas de sensibilização, formação específica sobre a radicalização tanto a nível nacional como comunitário e criação de um “Centro de Excelência para Prevenir a Radicalização”, com recursos financeiros e humanos adequados;
- a remoção da propaganda impressa e na Internet que incite explicitamente ao extremismo violento e a atos terroristas;
- a proteção das vítimas do terrorismo, que necessitam de um estatuto jurídico definido para efeitos de acesso a serviços de apoio e direitos de indemnização; os eurodeputados instam, por exemplo, a Comissão Europeia a alterar as disposições do Fundo de Solidariedade da UE por forma a incluir a indemnização das vítimas em caso de ataques terroristas em grande escala;
- a aplicação rápida e efetiva da diretiva europeia relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas de fogo, bem como a proibição de armas brancas especialmente nocivas, como as navalhas «zombie» ou «borboleta»;

- o estabelecimento de um sistema europeu de licenças para compradores de substâncias e misturas precursoras de explosivos;
- o seguimento dos movimentos dos combatentes terroristas regressados à UE e de pessoas envolvidas em atividades terroristas com base em respostas positivas do Sistema de Informação de Schengen (SIS);
- reforço das fronteiras externas da UE e controlos mais eficazes com recurso às bases de dados já disponíveis;
- a inclusão das aeronaves privadas no âmbito da legislação relativa ao Registo de Identificação dos Passageiros (diretiva PNR da UE);
- o reforço da interação e da troca de informações entre as autoridades de investigação e o setor privado no que diz respeito à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
- a continuação da cooperação antiterrorista com o Reino Unido após o Brexit.

Uma onda sem precedentes de ataques terroristas em solo europeu nos últimos anos catapultou a questão da segurança para o primeiro plano das preocupações dos cidadãos e evidenciou os problemas com a cooperação e a partilha de informações neste domínio.

O relatório da comissão especial do PE sobre o terrorismo foi aprovado em plenário por 474 votos a favor, 112 contra e 75 abstenções.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses

Carlos Coelho (PPE) *“Senhora Presidente, a luta contra o terrorismo tem de permanecer uma prioridade para a União Europeia nos próximos anos. Condenamos os populismos da moda, acantonados em nacionalismos ultrapassados que vociferam, reclamando abordagens securitárias e intolerantes. Somos dos que defendem que só com mais e melhor cooperação ao nível da União podemos proporcionar mais liberdade, segurança e justiça aos nossos cidadãos. Antes do final do ano, o Sistema de Informação de Schengen terá as suas primeiras novidades em funcionamento. Este é o maior exemplo de cooperação entre as nossas polícias, mas também do trabalho que levámos a cabo nos últimos cinco anos para reforçar a segurança dos europeus. Mas sejamos claros: esta não foi a regra. O Conselho, por várias vezes, pediu medidas com urgência a este Parlamento e os Estados-Membros tardaram na sua execução. Não faz sentido culpar a Europa por aquilo que são os Estados-Membros a adiar ou a não conseguir realizar. Temos a responsabilidade de proteger a segurança dos nossos cidadãos”.*

Ana Gomes (S&D) *“Senhor Presidente, nesta comissão especial, ouvimos dezenas de responsáveis da segurança interna e externa, peritos, académicos, vítimas de terrorismo. Este relatório reflete trabalho intenso e sério para corrigir erros e tornar mais eficaz um combate que é político, não só securitário. Reforçamos a convicção de que não se combate o terrorismo pondo em causa direitos fundamentais dos cidadãos. Isso é fazer o jogo dos terroristas. Propomos medidas contra o chocante falhanço dos nossos governos em aplicar legislação europeia e recomendações do GAFI no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, incluindo a necessidade de criar uma unidade de informação financeira europeia e reformar o IVA para impedir a fraude de carrossel de continuar a financiar máfias transnacionais, incluindo terroristas. Propomos medidas também para acabar com a hipocrisia dos governos europeus que abandonam as vítimas do terrorismo, uma vez desviados os holofotes mediáticos. O meu grupo propôs medidas para o reforço da cooperação europeia a todos os níveis, incluindo na intelligence, na interoperabilidade, no controlo das fronteiras, no profissionalismo, na gestão das cadeias, na vigilância do proselitismo religioso, na propaganda e no recrutamento online, na vigilância do ciberespaço e do espaço público,*

incluindo contra o crescimento da violência de extrema-direita nazi e fascista que representa uma cada vez maior ameaça aqui na Europa.

O que o meu grupo não pode aceitar é a tentativa, por alguma direita, de estigmatizar imigrantes como se gerassem terroristas e como se não fosse a falta de investimento público na inclusão social a causa da radicalização de tantos cidadãos nascidos e criados em solo europeu. Como não aceitamos a tentativa de estigmatizar muçulmanos quando eles constituem 95% das vítimas do terrorismo globalmente e quando precisamos deles para impedir atos de grupos terroristas que, perversamente, invocam o Islão”.

A liberdade e democracia prevalecerão sempre sobre a violência, o crime e o terror

Declaração do Presidente Tajani na sequência do ataque terrorista em Estrasburgo.

Em Estrasburgo, na abertura do debate sobre o futuro da Europa com o Presidente cipriota Nicos Anastasiades, o Presidente Tajani manifestou a sua tristeza pelas vítimas do atentado terrorista em Estrasburgo, sede do Parlamento Europeu.

"Quero expressar minha tristeza pelas vítimas do ataque de Estrasburgo e seus entes queridos. Esta cidade é um símbolo de paz e reconciliação. O ato criminoso de ontem foi um ataque ao nosso modo de vida. No entanto, devemos continuar a trabalhar para demonstrar que a força que derivamos da liberdade e da democracia sempre prevalecerá sobre a violência, o crime e o terror".

Um minuto de silêncio foi respeitado na sala do Parlamento.

Prémio Sakharov: Parlamento Europeu galardoia cineasta ucraniano Oleg Sentsov

O Prémio Sakharov 2018 para a Liberdade de Pensamento foi atribuído ao cineasta e escritor ucraniano Oleg Sentsov.

Não esteve presente no Parlamento Europeu (PE) para receber pessoalmente o prémio porque permanece preso na Sibéria, cumprindo uma pena de 20 anos por *“planear atos de terrorismo”* contra a permanência *“de facto”* russa na Crimeia.

A sua prima, Natalya Kaplan, e o seu advogado, Dmitriy Dinze, representaram-no na cerimónia realizada no hemiciclo do PE, em Estrasburgo.

Ao entregar o prémio, o presidente do PE, Antonio Tajani, disse: *“Oleg Sentsov foi laureado pelo seu protesto pacífico contra a ocupação ilegal de sua terra-natal, a Crimeia. Mas também pela sua coragem, determinação e convicções no apoio da dignidade humana, democracia, Estado de direito e direitos humanos. Estes são os valores sobre os quais assenta a nossa União, ainda mais depois do terrível ataque de ontem, valores que este Parlamento preza, defende e promove”.*

“A greve de fome de Sentsov e a sua corajosa postura pública fizeram dele um símbolo da luta pela libertação dos prisioneiros políticos que ainda se encontram detidos na Rússia e em todo o mundo”, acrescentou. Observando que o prémio é entregue num momento de graves tensões entre a Rússia e a Ucrânia, Tajani pediu uma atenuação da escalada do conflito e reiterou o apoio à integridade territorial da Ucrânia.

O presidente do PE apelou à libertação imediata e incondicional de Oleg Sentsov e de todos os outros cidadãos ucranianos detidos ilegalmente na Rússia e na Península da Crimeia, bem como a de outros galardoados que se encontram detidos: *“O Prémio Sakharov não é*

apenas um prémio. É um compromisso. Continuamos a acompanhar de perto os nossos laureados”.

Quando Natalya Kaplan recebeu, das mãos de Tajani, a distinção, descreveu de uma forma muito vívida a vida, as ações levadas a cabo durante a anexação da Crimeia e as torturas e espancamentos pelos quais o seu primo passou quando foi preso e condenado por atos que nunca havia cometido. *“Oleg é uma pessoa que não pode desistir e apenas ficar sentado em silêncio. Ele é um lutador por natureza”.*

Ao descrever a greve de fome que Sentsov fez pela libertação de todos os prisioneiros políticos ucranianos, Natalya Kaplan disse que, durante esse período *“de 145 dias, nenhum prisioneiro político foi libertado, mas isso não significa que ele perdeu – graças a seu ato o mundo inteiro falou sobre as repressões da Rússia – e isso é uma vitória”.*

A familiar do cineasta ucraniano concluiu a sua intervenção com uma mensagem do próprio: *“Não posso estar presente nesta sala, mas vocês podem ouvir as minhas palavras. Mesmo que outra pessoa esteja a dizer que a palavra é a principal ferramenta de alguém e, muitas vezes, a sua também, especialmente quando tudo o resto foi retirado dele”.*

Antonio Tajani deu também as boas-vindas aos dois outros finalistas do Prémio Sakharov 2018: os pais do ativista marroquino Nasser Zefzafi, que está igualmente detido, e aos representantes das onze Organizações Não-Governamentais que salvam vidas no mar Mediterrâneo.

Recordando os 30 anos da atribuição do Prémio Sakharov, o presidente do PE afirmou o seu propósito: *“Tem apoiado indivíduos e organizações em todo o mundo, totalmente comprometidos em lutar pela justiça social, frequentemente com grande risco pessoal”.*

“Cinco vencedores do Prémio Sakharov foram posteriormente premiados com o Prémio Nobel da Paz”, acrescentou, incluindo o médico congolês Denis Mukwege e a ativista iraquiana Nadia Murada, que receberam esta última distinção em 2018.

O anúncio de que o Prémio Sakharov 2018 para a Liberdade de Pensamento seria atribuído a Oleg Sentsov foi feito pelo presidente do PE no dia 25 de outubro.

Parlamento Europeu quer imposto sobre serviços digitais mais ambicioso

Os eurodeputados aprovaram a sua posição sobre as propostas relativas à tributação da economia digital. A decisão final necessita de unanimidade no Conselho da União Europeia (UE).

O Parlamento Europeu (PE), consultado sobre propostas em matéria de fiscalidade, propõe medidas mais ambiciosas do que os ministros europeus, tendo em vista garantir que as empresas digitais paguem uma justa quota de impostos nos países da UE.

Os eurodeputados defendem que é necessário criar condições de concorrência equitativas entre as empresas tradicionais e digitais, permitindo uma maior contribuição fiscal de um setor que tem sido, até à data, subtributado.

A primeira proposta legislativa diz respeito a um imposto provisório sobre os serviços digitais (ISD), que abrangeria as principais atividades digitais que escapam atualmente à tributação na UE. Este sistema aplicar-se-ia como uma medida transitória até ser acordada uma reforma global a nível da UE ou da OCDE. O relatório parlamentar foi aprovado por 451 votos a favor, 69 contra e 64 abstenções.

A segunda proposta visa reformar as regras de tributação das sociedades de forma a que os lucros sejam registados e tributados nos casos em que as empresas têm um nível de

interação significativo com os utilizadores através de canais digitais. Esta é a solução a longo prazo preferida pela Comissão Europeia e pelo PE. A posição dos eurodeputados sobre esta proposta legislativa foi aprovada por 439 votos a favor, 58 contra e 81 abstenções.

Receitas geradas pelo fornecimento de conteúdos digitais

O PE inclui no âmbito das receitas tributáveis o fornecimento de “*conteúdos numa interface digital*”, como vídeo (caso da Netflix), áudio, jogos ou texto utilizando uma interface digital.

Limiares para a tributação na UE

A Comissão Europeia propunha que fossem tributadas as empresas cujas receitas anuais totais na UE fossem superiores a 50 milhões de euros. O PE reduz este limiar para os 40 milhões de euros.

A assembleia europeia concorda, no entanto, com o segundo limiar, que determina que o imposto sobre os serviços digitais seja aplicável às empresas com um total de receitas anuais acima dos 750 milhões de euros. O objetivo é evitar um impacto negativo no desenvolvimento das pequenas empresas, das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão no setor digital.

Próximos passos

Esta votação define a posição do PE sobre as propostas relativas à tributação da economia digital, apresentadas pela Comissão Europeia em março. A assembleia europeia é consultada em matéria fiscal. A decisão final terá de ser tomada por unanimidade no Conselho, onde estão representados os governos nacionais.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A progressiva digitalização da sociedade e da economia criou um ecossistema de desenvolvimento de modelos empresariais digitais assentes na participação dos utilizadores, em lógicas de economia partilhada e baseados em activos incorpóreos. A multiplicação destes modelos de negócio, quando geram riqueza e criam emprego e oportunidades, é positiva, mas têm de estar garantidas condições de concorrência leal com as empresas que operam de forma tradicional, nomeadamente em matéria fiscal. A prioridade deve ser o combate à transferência de lucros (sobretudo quando as empresas não têm presença física na UE), de forma a evitar a liquidação ou pagar apenas uma fracção dos impostos devidos pelos concorrentes. Entendo que o modelo ideal passa pela determinação de um “estabelecimento virtual estável”, mas na ausência de acordos internacionais para a tributação da economia digital, entendo que este imposto pode ser um primeiro passo. Concordo com as salvaguardas para pequenas e médias empresas, para empresas em fase de arranque e para empresas em fase de expansão digital. Contudo, entendo o limiar mínimo proposto de 750 milhões de euros de receitas exagerado. Num mercado em constante evolução e mutação, entendo ser fundamental determinar, com elevado grau de detalhe, a matéria colectável em que incide o imposto”.*

Marisa Matias(CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, a economia digital tem sido um dos setores mais dinâmicos da economia e tem proporcionado enormes vantagens aos consumidores a nível de diversidade, de qualidade e de preço dos mais variados serviços e produtos. No entanto, há que reconhecer que uma parte deste dinamismo e competitividade se tem baseado numa profunda desigualdade fiscal em relação a empresas que comercializam produtos e serviços equivalentes. As grandes empresas da economia digital têm vivido numa espécie de offshore virtual que lhes permite pagar pouquíssimos impostos nos locais onde estão sediadas e nenhum nos países em que fazem negócios. Sou favorável à introdução de um imposto digital por questões de igualdade na tributação das empresas, tributação indispensável para o financiamento das funções sociais e económicas dos Estados. Faço ainda votos para que este seja o início do movimento para a tributação de todas as empresas que beneficiam de regimes de privilégio fiscal, seja na União Europeia ou fora”.*

António Marinho e Pinto (ALDE) *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhora Ministra, o modelo de economia social de mercado assenta na seguinte trilogia: investimento, trabalho, consumo. Só o investimento cria emprego, só o emprego faz crescer o consumo, só o crescimento do consumo faz aumentar a produção, gerando-se, assim, novos investimentos, novos empregos e novos consumos. Esta é a trilogia do desenvolvimento económico e do progresso social. O Estado não deve intervir no mercado que assim funciona, exceto para corrigir alguns dos seus desvios ou excessos ou para suprir algumas das suas deficiências. Um desses desvios consiste na possibilidade de alguns agentes económicos obterem elevados lucros e rendimentos, muitas vezes devido apenas ao uso astucioso de certas limitações do mercado. Ora, é precisamente aqui que o Estado pode intervir através do mecanismo da tributação. Por isso, apoio a proposta da Comissão e saúdo o trabalho dos relatores no sentido de ser criado um imposto sobre as empresas digitais que operam no espaço da União Europeia e que obtêm lucros escandalosamente desproporcionados em relação aos seus investimentos e à criação de emprego”.*

Ordem do dia 10 a 13 Dezembro de 2018

► Segunda-feira, 10 de Dezembro

17:00 - 24:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Criação de um Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) - *Relatório: Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0397/2018)*

Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos no local de trabalho - *Relatório: Claude Rolin (A8-0142/2018)*

Transparência e sustentabilidade do sistema da UE para a avaliação dos riscos na cadeia alimentar - *Relatório: Renate Sommer (A8-0417/2018)*

Aplicação integral das disposições do acervo de Schengen na Bulgária e na Roménia - *Relatório: Sergei Stanishev (A8-0365/2018)*

Debate conjunto - Agências Cedefop, EU-OSHA e Eurofound da UE

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) - *Relatório: Anne Sander (A8-0273/2017)*

Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) - *Relatório: Czesław Hoc (A8-0274/2017)*

Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) - *Relatório: Enrique Calvet Chambon (A8-0275/2017)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Mobilidade militar - *Relatório: Tunne Kelam (A8-0372/2018)*

Educação na era digital: desafios, oportunidades e ensinamentos a tirar para a definição das políticas da UE - *Relatório: Yana Toom (A8-0400/2018)*

Nova Agenda Europeia para a Cultura - *Relatório: Giorgos Grammatikakis (A8-0388/2018)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regulamento)

► Terça-feira, 11 de Dezembro

09:00 - 11:50

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 13 e 14 de dezembro de 2018 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Resultados da reunião do Eurogrupo e preparação da Cimeira do Euro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 14:00 - VOTAÇÃO

Educação na era digital: desafios, oportunidades e ensinamentos a tirar para a definição das políticas da UE - *Relatório: Yana Toom (A8-0400/2018)*

Coordenação dos sistemas de segurança social - *Relatório: Guillaume Balas (A8-0386/2018)*

Instituição de uma Autoridade Europeia do Trabalho - *Relatório: Jeroen Lenaers (A8-0391/2018)*

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração: reautorização dos montantes remanescentes - *Relatório: Miriam Dalli (A8-0370/2018)*

Criação de um Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) - *Relatório: Gerben-Jan Gerbrandy (A8-0397/2018)*

Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos no local de trabalho - *Relatório: Claude Rolin (A8-0142/2018)*

Transparência e sustentabilidade do sistema da UE para a avaliação dos riscos na cadeia alimentar - *Relatório: Renate Sommer (A8-0417/2018)*

Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop) - *Relatório: Anne Sander (A8-0273/2017)*

Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA) - *Relatório: Czesław Hoc (A8-0274/2017)*

Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) - *Relatório: Enrique Calvet Chambon (A8-0275/2017)*

Complementar a legislação da UE em matéria de homologação no que diz respeito à saída do Reino Unido da União Europeia - *Relatório: Marlene Mizzi (A8-0359/2018)*
Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: Limites máximos de resíduos de acetamipride no interior de determinados produtos
Vistos humanitários - *Relatório: Juan Fernando López Aguilar (A8-0423/2018)*
Código Comunitário de Vistos - *Relatório: Juan Fernando López Aguilar (A8-0434/2018)*
Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que diz respeito à aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação em relação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços acima de um determinado limiar - *Relatório: Gabriel Mato (A8-0418/2018)*
Aplicação integral das disposições do acervo de Schengen na Bulgária e na Roménia - *Relatório: Sergei Stanishev (A8-0365/2018)*
Mobilidade militar - *Relatório: Tunne Kelam (A8-0372/2018)*
Nova Agenda Europeia para a Cultura - *Relatório: Giorgos Grammatikakis (A8-0388/2018)*

15:00 - 24:00

Resultados e recomendações da Comissão Especial sobre o Terrorismo - *Relatório: Monika Hohlmeier, Helga Stevens (A8-0374/2018)*
Debate conjunto - Acordo de Parceria UE-Japão
Acordo de Parceria Económica UE-Japão - *Recomendação: Pedro Silva Pereira (A8-0366/2018)*
Acordo de Parceria Económica UE-Japão (resolução) - *Relatório: Pedro Silva Pereira (A8-0367/2018)*
Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão - *Recomendação: Alojz Peterle (A8-0383/2018)* 7
Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão (resolução) - *Relatório: Alojz Peterle (A8-0385/2018)*
Adequação da proteção de dados pessoais no Japão - *Declaração da Comissão* 7
O acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem sobre o caso de Selahattin Demirtaş - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Debate conjunto - Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (artigo 36.º do TUE)
Relatório anual sobre a execução da Política Externa e de Segurança Comum - *Relatório: David McAllister (A8-0392/2018)*
Relatório anual sobre a execução da política comum de segurança e defesa - *Relatório: Ioan Mircea Pașcu (A8-0375/2018)*
Relatório Anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo em 2017 e a política da União Europeia nesta matéria - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0373/2018)*
Acordo de Associação UE-Ucrânia - *Relatório: Michael Gahler (A8-0369/2018)*
Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - *Relatório: Daniele Viotti, Paul Rübig (A8-0454/2018)*
Criação do Mecanismo Interligar a Europa - *Relatório: Henna Virkkunen, Marian-Jean Marinescu, Pavel Telička (A8-0409/2018)*
Criação do Fundo Europeu de Defesa - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0412/2018)* 9
Debate conjunto - Horizonte Europa
Criação do Horizonte Europa – definição das suas regras de participação e difusão - *Relatório: Dan Nica (A8-0401/2018)*
Programa de execução do Horizonte Europa - *Relatório: Christian Ehler (A8-0410/2018)*

► Quarta-feira, 12 de Dezembro

10:00 - 12:00 DEBATE PRIORITÁRIO

Debate com o Presidente da República de Chipre, Nicos Anastasiades, sobre o futuro da Europa

12:00 - 12:30

Entrega do Prémio Sakharov

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Projeto de orçamento retificativo n.º 6/2018 - Redução das dotações de pagamento e de autorização (recursos próprios) - *Relatório: Siegfried Mureşan (A8-0399/2018)*
Mobilização do Instrumento de Flexibilidade para financiar medidas orçamentais imediatas a fim de fazer face aos atuais desafios da migração, da afluência de refugiados e das ameaças à segurança - *Relatório: Daniele Viotti (A8-0455/2018)*
Mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para o pagamento de adiantamentos no quadro do orçamento geral da UE para 2019 - *Relatório: Lefteris Christoforou (A8-0453/2018)*
Novo projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - todas as secções
Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - *Relatório: Daniele Viotti, Paul Rübzig (A8-0454/2018)*
Acordo de Parceria Económica UE-Japão - *Recomendação: Pedro Silva Pereira (A8-0366/2018)*
Acordo de Parceria Económica UE-Japão (resolução) - *Relatório: Pedro Silva Pereira (A8-0367/2018)*
Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão - *Recomendação: Alojz Peterle (A8-0383/2018)*
Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão (resolução) - *Relatório: Alojz Peterle (A8-0385/2018)*
Acordo de Aviação Euro-Mediterrânico UE-Jordânia (adesão da Croácia) - *Recomendação: Keith Taylor (A8-0371/2018)*
Criação do Horizonte Europa – definição das suas regras de participação e difusão - *Relatório: Dan Nica (A8-0401/2018)*
Programa de execução do Horizonte Europa - *Relatório: Christian Ehler (A8-0410/2018)*
Pacote relativo ao Mercado Único - *Propostas de resolução*
Resultados e recomendações da Comissão Especial sobre o Terrorismo - *Relatório: Monika Hohlmeier, Helga Stevens (A8-0374/2018)*
Relatório anual sobre a execução da Política Externa e de Segurança Comum - *Relatório: David McAllister (A8-0392/2018)*
Relatório anual sobre a execução da política comum de segurança e defesa - *Relatório: Ioan Mircea Paşcu (A8-0375/2018)*
Relatório Anual sobre os direitos humanos e a democracia no mundo em 2017 e a política da União Europeia nesta matéria - *Relatório: Petras Auštrevičius (A8-0373/2018)*

15:00 - 17:00

Incluir os trabalhadores e os cidadãos na transição justa para um planeta mais seguro - *Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)*
Debate conjunto - Imposto sobre os serviços digitais e não adoção de um imposto digital para a UE e a necessidade de uma regra de maioria em matéria de tributação
Sistema comum de imposto sobre os serviços digitais aplicável às receitas da prestação de determinados serviços digitais - *Relatório: Paul Tang (A8-0428/2018)*
Tributação das sociedades com uma presença digital significativa - *Relatório: Dariusz Rosati (A8-0426/2018)*/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

17:00 - 18:00 VOTAÇÃO

Criação do Fundo Europeu de Defesa - *Relatório: Zdzisław Krasnodębski (A8-0412/2018)*
Criação do Mecanismo Interligar a Europa - *Relatório: Henna Virkkunen, Marian-Jean Marinescu, Pavel Telička (A8-0409/2018)*
Acordo de Associação UE-Ucrânia - *Relatório: Michael Gahler (A8-0369/2018)*

18:00 - 24:00

Conflito de interesses e proteção do orçamento da UE na República Checa - *Declarações do Conselho e da Comissão*
Resolução rápida de litígios comerciais - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0396/2018)*
Atividades do Provedor de Justiça Europeu em 2017 - *Relatório: Eleonora Evi (A8-0411/2018)*
Deliberações da Comissão das Petições em 2017 - *Relatório: Cecilia Wikström (A8-0404/2018)*

Criação do programa espacial da União e da Agência da União Europeia para o Programa Espacial - *Relatório: Massimiliano Salini (A8-0405/2018)*
Criação do programa Europa Digital para o período de 2021-2027 - *Relatório: Angelika Mlinar (A8-0408/2018)*

► **Quinta-feira, 13 de Dezembro**

09:00 - 11:50

Situação dos migrantes na fronteira da UE na Bósnia-Herzegovina - *Declaração da Comissão*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Irão, em especial o caso de Nasrin Sotoudeh

Egito, em especial a situação dos defensores dos direitos humanos

Tanzânia

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Cobertura mínima das perdas para exposições de mau desempenho - *Relatório: Esther de Lange, Roberto Gualtieri (A8-0440/2018)*

Resolução rápida de litígios comerciais - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0396/2018)*

Criação do programa espacial da União e da Agência da União Europeia para o Programa Espacial - *Relatório: Massimiliano Salini (A8-0405/2018)*

Criação do programa Europa Digital para o período de 2021-2027 - *Relatório: Angelika Mlinar (A8-0408/2018)*

Acordo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia sobre cooperação em matéria de regulamentação da segurança da aviação civil - *Recomendação: Theresa Griffin (A8-0432/2018)*

Sistema comum de imposto sobre os serviços digitais aplicável às receitas da prestação de determinados serviços digitais - *Relatório: Paul Tang (A8-0428/2018)*

Tributação das sociedades com uma presença digital significativa - *Relatório: Dariusz Rosati (A8-0426/2018)*

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Tecnologia de cadeia de blocos: uma política comercial orientada para o futuro - *Relatório: Emma McClarkin (A8-0407/2018)*

Adequação da proteção de dados pessoais no Japão - *Propostas de resolução*

Conflito de interesses e proteção do orçamento da UE na República Checa - *Propostas de resolução*

Atividades do Provedor de Justiça Europeu em 2017 - *Relatório: Eleonora Evi (A8-0411/2018)*

Deliberações da Comissão das Petições em 2017 - *Relatório: Cecilia Wikström (A8-0404/2018)*

15:00 - 16:30

Doenças raras - *Pergunta oral (O-000118/2018 - B8-0419/2018)*

Propagação da peste suína africana - *Pergunta oral (O-000124/2018 - B8-0420/2018)*